

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.12
Dezembro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

PARA ONDE PODERÁ IR O BRASIL? OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Cláudio André de Souza
Nilmário Miranda
Marlise Matos

Opinião

Aldo Duran Gil

Resenha

Bruna Braga de Noronha



REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL EM 2010

Reflections about the presidential elections on Brazil in 2010

Aldo Duran Gil¹

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

✉ aduran@fafcs.ufu.br

O pleito eleitoral realizado em setembro e outubro de 2010 para escolher a presidência da república e outros representantes políticos parece ter consolidado uma variante de democracia representativa no Brasil. A eleição de Dilma Rousseff (PT) na sucessão presidencial revela aspectos inéditos na história do país: a sucessão de um terceiro mandato definido por um mesmo partido, a eleição de uma candidata mulher e uma disputa eleitoral acirrada no segundo turno entre o PT e o PSDB com plataformas políticas quase semelhantes. Este artigo visa a refletir sobre a natureza da democracia representativa no Brasil e o caráter do governo Lula. Desde já alertamos que nossas reflexões tecidas aqui têm um caráter indicativo.

No que diz respeito à democracia representativa, esta pode ser entendida como um processo político baseado na escolha periódica dos representantes por parte da massa de eleitores para os principais postos do executivo e o parlamento sem mecanismos institucionais de controle direto pelo conjunto do eleitorado. Nessa definição se inclui também a outorga, por parte do Estado, de direitos políticos como associação, reunião, liberdade de imprensa e liberdade de consciência (religião etc.). Nos dois casos (direito de eleger e ser eleito e o resto das liberdades políticas), o caráter dessa democracia é limitado tanto no seu conteúdo quanto no seu exercício: não permite ir além (democracia participativa) a não ser a mera escolha de representantes já definidos antes do processo eleitoral. Mesmo colocando dispositivos políticos e constitucionais para o exercício de uma democracia participativa (exigida pelas massas trabalhadoras e

¹Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina (GPESTADO).

populares), eles não passam de uma encenação de democracia participativa, o que acaba reforçando a democracia representativa e a intervenção permanente da burocracia estatal em quase todos os âmbitos da sociedade.

Para utilizarmos uma observação realista, tal democracia se aproxima da definição de Schumpeter, entendida como um método de seleção periódica de elites, num processo de escolha em que os candidatos são definidos previamente (seriam fabricados) pelos partidos políticos e impostos à massa do eleitorado. Nesse sentido, não é a massa do eleitorado que escolhe seus representantes, mas são os representantes que se fazem eleger por aquela, redundando no reforço do fosso que separa a massa do eleitorado diante dos representantes eleitos, o que estabelece uma permanente crise de representatividade. Acrescente-se a isso os problemas decorrentes do alto índice de absenteísmo no processo eleitoral, a crescente apatia política e o descrédito permanente da esfera política devido à corrupção constante dos representantes eleitos (parlamento, executivo) e, por conseguinte, do Estado.

Posto isso, detectamos a evolução de uma tendência de consolidação de uma variante de democracia representativa no Brasil no período pós-1988. A tendência dessa variante admite uma subdivisão em pelos menos duas vertentes: uma de cunho neoliberal, portanto conservadora, e outra que assume traços que misturam neopopulismo e neoliberalismo. Sabe-se que desde os governos Sarney e basicamente Collor, começa-se a implementar a política neoliberal no Brasil. O governo FHC consolida esse processo de desmonte do Estado com a privatização de importantes empresas estatais (Vale do Rio Doce, Telebrás etc.), a política de desregulamentação (entre elas, a flexibilização do trabalho) e a abertura externa possibilitando assim maior controle da economia nacional por parte do capital estrangeiro, nomeadamente o capital financeiro internacional. A reorientação da política econômica (constante no Plano Real) com base no câmbio flutuante, superávit primário e controle de gastos públicos obedeceu aos desígnios da política neoliberal: revalorizar o capital estrangeiro e manter as torneiras abertas para o livre fluxo de exportação de capitais ao exterior e a circulação do capital financeiro internacional.

Entretanto, a implementação das principais políticas do programa neoliberal não se processou sem dificuldades e conflitos. Tal programa não foi aplicado em sua totalidade nem de forma acelerada (como ocorreu em outros países, como Chile, Bolívia, Argentina), o que significa que a burocracia do Estado no período pós-1994, sob o comando do PSDB, praticaram um “neoliberalismo possível”. Apesar de o setor empresarial ser diversificado e com

interesses econômicos divergentes, na sua maioria, aceitaram a flexibilização do trabalho (demissão em massa, desemprego, diminuição do salário, perda de direitos trabalhistas etc.). Da parte dos trabalhadores, embora contrários a flexibilização do trabalho, tenderam a aceitar a luta contra o Estado parasitário, cartorial e empreguista (corrupção e clientelismo abertos), apoiando, por essa via, juntamente com os setores empresariais, a diminuição do Estado. No que diz respeito à política de abertura externa, houve conflitos entre os setores dominantes do capital nacional e o capital estrangeiro, basicamente em relação à proteção dos bancos nacionais diante da entrada de bancos estrangeiros, permitindo assim o fortalecimento da presença do capital financeiro internacional no país.

Do ponto de vista político-institucional, a implementação de aspectos importantes da plataforma neoliberal por parte das forças políticas conservadoras (PSDB à frente) implicava a derrota eleitoral da esquerda partidária (o PT do momento). Por outro lado, significava a realização de uma ampla reforma constitucional, basicamente a implementação de mecanismos que viabilizem as políticas neoliberais, com forte incidência negativa para a classe trabalhadora devido à flexibilização e precarização do trabalho.

Deve-se destacar que a aplicação de aspectos importantes do tripé da política neoliberal (privatizações, desregulamentação do papel interventor do Estado e abertura ao capital internacional) significou um gasto volumoso para aplicar tais políticas, ao contrário do que defendem os ideólogos e burocratas neoliberais (diminuição de gastos e saneamento das contas públicas). Um dos itens significativos desses gastos foi com a assistência estatal aos pobres com o fim de manter uma base social de apoio, especialmente eleitoral, mesmo que difusa. Lembremos que o programa Bolsa Família (bem utilizado eleitoralmente pelo PT e o governo Lula como bandeira política) começou com o governo FHC, cuja paternidade tucana foi defendida por Serra na campanha eleitoral deste ano. Outro item importante de gasto volumoso destinou-se ao repasse de capital público com fundo perdido para a grande maioria das empresas monopolistas privadas do setor industrial com o fim de aumentar a produção para a exportação. Já no caso dos bancos nacionais, tal repasse de capitais públicos, junto com pacotes de auxílio econômico, diminuição de impostos e outras isenções e privilégios, foi enorme (os 40 bilhões de dólares recebidos de empréstimo pelo FMI no governo FHC em 1998 na sua maior parte foram destinados aos bancos privados).

A aplicação da plataforma neoliberal significou, então, um grande dispêndio de dinheiro público, sobretudo, transferência de capital público ao setor privado. O que serviu, também, como fonte de rendimentos para os setores dirigentes da burocracia estatal e dos integrantes dos partidos aliados que aplicaram tal plataforma. Isso explica a relação do programa de privatizações com os constantes escândalos de corrupção no governo FHC, que não só foram abafados pelo executivo e pelo parlamento, mas também interditados para serem apurados através de instauração de inquérito parlamentar, inclusive sob conivência do PT (no momento, almejava conquistar o poder governamental).

Duas observações importantes. Longe de aplicar a política de “Estado mínimo”, o que ocorreu na prática foi a redefinição do padrão de intervenção do Estado na economia, e não a sua diminuição ou não intervenção. Com efeito, foram criadas as condições necessárias para o funcionamento do capitalismo privado. Trata-se, então, de uma intervenção que se configura como “não intervenção” a serviço do setor privado. A segunda observação diz respeito ao caráter altamente autoritário e violento da aplicação da política neoliberal, com doses inusitadas de repressão contra os trabalhadores e os sindicatos anti-neoliberais (como os trabalhadores da Petrobras no caso do Brasil, sem falar dos casos da Bolívia, Chile, Argentina, Venezuela). O que significou o reforço do executivo sobre o parlamento e a proliferação das medidas provisórias com caráter beligerante, configurando uma democracia representativa com alta dose de autoritarismo civil.

Nesse sentido, vigorou no período uma variante de democracia representativa de cunho neoliberal que acabou incidindo no agravamento da crise de representatividade: separação do conjunto do eleitorado diante dos representantes, inexistência de mecanismos de controle por parte do eleitorado diante dos eleitos, manutenção de privilégios e mordomias dos representantes, o aumento da apatia política e o descrédito “da” política em geral.

Analisemos agora a democracia representativa na vertente que assume traços que misturam neopopulismo e neoliberalismo. Os traços neopopulistas dos governos Lula podem ser detectados no resgate da soberania nacional, na forte intervenção do Estado na economia e na busca da construção de uma economia endógena com o fim de incentivar o surgimento de uma burguesia nacional forte. Sobretudo, esses traços aparecem mais claramente na implementação de uma política social favorável às massas populares com o intuito de obter uma ampla base social de apoio eleitoral para implementar as políticas de cunho redistributivista e neodesenvolvimentista. Trata-se de

concessões políticas que atendem a certos interesses econômicos secundários das massas populares, porém sem resolver seus problemas fundamentais: aumento relativamente pequeno do salário mínimo, política de emprego ou combate ao desemprego com fins estatísticos, indução de aumento do consumo dos meios de subsistência para a reprodução da força de trabalho, implementação de uma política assistencialista estatal (Bolsa Família) e de empréstimo moderado para compra de casa própria do trabalhador, bem como uma política de redistribuição de terras fiscais para o campesinato e trabalhador pobre sem afetar a grande propriedade fundiária e os interesses do agro-negócio, continuando a reforma agrária interdita.

Em relação aos trabalhadores da cidade e do campo, os aspectos neopopulistas do governo Lula residem na promoção da conciliação entre capital e trabalho, mesmo com perda de direitos trabalhistas e diminuição do salário real com o fim de manter o trabalhador empregado. No plano político, isso significou o controle do sindicalismo por parte do Estado (uma variante de mistura de sindicalismo de Estado com sindicalismo de tipo tradeunionista) através do reforço de privilégios e mordomias aos dirigentes sindicais (corrupção e clientelismo abertos), ficando os sindicatos como mera correia de transmissão do poder governamental. Essa prática se estendeu também aos movimentos estudantil (UNE), docente do nível superior (PROIFES e, veladamente, o ANDES) e sem terra (MST).

Por fim, a imagem de Lula (pobre, trabalhador e sindicalista) foi capitalizada eleitoralmente para reforçar os laços personalistas na relação líder-massa. O reforço dos laços personalistas de Lula com as massas populares rendeu a eleição da Dilma sem o qual seria quase impossível que tal candidata fosse eleita. Se o controle do sindicalismo e de outras entidades de classe por parte do PT e do governo Lula significou a desorganização desses setores e sua reorganização sob a esfera de influência do lulismo, o reforço do personalismo (imagem de Lula) significou a despolitização das classes populares e de segmentos das camadas médias.

Vejamos agora os traços neoliberais da democracia representativa, mais especificamente os aspectos neoliberais do governo Lula. Os traços neoliberais marcantes detectam-se na manutenção do tripé da política econômica do anterior governo: câmbio flutuante, superávit primário e controle de gastos públicos, conforme o receituário do FMI. Mas por que esses traços são neoliberais marcantes e qual a diferença com o governo neoliberal de FHC? A Grosso modo, o governo Lula não rompeu completamente com o neoliberalismo,

embora no discurso o combateu permanentemente. Embora o programa de privatizações das empresas estatais estratégicas que sobraram foi paralisada temporariamente, tal governo não reverteu, reestatizou ou nacionalizou nenhuma das empresas privatizadas. Isso sinaliza a possibilidade de um acordo entre o governo Lula e o capital financeiro internacional, isoladamente hegemônico no governo anterior e explica o cuidado que teve o governo com a política econômica, aparecendo como um discípulo aplicado do FMI. E, ainda mais, pagou a dívida externa e tornou-se credor dessa instituição internacional.

Nesse sentido, o governo Lula teria as características de um governo *sui generis*, misturando neopopulismo e neoliberalismo. E tal mistura se evidenciaria pela natureza de classe e da hegemonia política vigente que pode ser explicada pelo rearranjo das posições das frações burguesas no interior do bloco no poder. Esse rearranjo patentear-se-ia na ascensão da fração burguesa brasileira mais poderosa (a burguesia bancária nacional) à condição hegemônica, compartilhando a hegemonia em condomínio com o capital financeiro internacional. Um dos indicadores importantes é a política econômica favorável aos interesses dessa fração burguesa nacional, cujos lucros foram felpudos e de longe, os maiores na história da república brasileira. O que não teria sido possível, entre outras medidas protecionistas do setor, sem a manutenção dos juros baixos (taxa Selic, que baixou de mais de 30% ao patamar de 9 e 10%), pouco atrativo para o capital financeiro internacional. Caso contrário este acabaria comprando os bancos nacionais e se transformando, por essa via, na ponta de lança para a penetração e controle da economia nacional (o exemplo mais conspícuo foi o caso argentino provocando a quebra da sua economia). Estariam, aí, as diferenças entre o governo FHC e o governo Lula.

É possível que o governo Rousseff siga essa tendência, porém numa posição mais conservadora, como também é possível que sofra pressão em diversos níveis para reverter essa situação: do capital financeiro internacional e de seus aliados nacionais (PSDB e DEM), das massas populares organizadas contrárias às políticas estatais e com o aprofundamento da precarização das condições de trabalho e perda de direitos sociais, bem como da pressão das crises econômicas externa e interna (neutralização e afastamento do impacto das crises internacionais e das crises econômicas internas).